



Processo nº	11610.010880/2002-31
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	3201-005.883 – 3^a Seção de Julgamento / 2^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de	22 de outubro de 2019
Recorrente	DANTAS DUARTE CONSULTORIA S/C LTDA
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)

Período de apuração: 01/05/1997 a 30/09/1997, 01/12/1997 a 31/05/1999, 01/08/1999 a 31/08/1999, 01/03/2000 a 30/03/2000, 01/08/2000 a 30/09/2001

ISENÇÃO. SOCIEDADE CIVIL DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. REVOGAÇÃO PELO ART. 56 DA LEI N° 9.430/96.

A isenção da COFINS, das sociedades civis de prestação de serviços profissionais foi revogada pelo art. 56, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Precedentes do STJ:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO LEGALMENTE REGULAMENTADA. ISENÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 6º, II, DA LEI COMPLEMENTAR 70/91. REVOGAÇÃO PELO ARTIGO 56, DA LEI 9.430/96. CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA REVOGADORA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE 377.457/PR E RE 381.964/MG). (REsp 826.428/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/06/2010, DJe 01/07/2010)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Charles Mayer de Castro Souza - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Laércio Cruz Uliana Junior - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Paulo Roberto Duarte Moreira, Tatiana Josefovicz Belisário, Leonardo Correia Lima Macedo, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Hélcio Lafetá Reis, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Laercio Cruz Uliana Junior e Charles Mayer de Castro Souza (Presidente)

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário, que assim foi relatado pela DRJ, vejamos:

4. Trata o presente processo, protocolizado em 26/04/2002, de pedido de restituição (fls. 01), onde o interessado, conforme o arrazoado de fls. 08/17, argumenta que os pagamentos referentes a COFINS dos períodos de apuração 05/97, 06/97, 07/97, 08/97, 09/97, 12/97 a 05/99, 08/99, 03/00, 08/00 a 09/01, teriam sido recolhidos indevidamente em virtude da isenção conferida às sociedades civis de que trata o art. 1º do Decreto-lei n.º 2.397, de 21 de dezembro de 1987, conforme estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar n.º 70, de 30.12.91, ter surgido em lei complementar, sendo, então, vedada a sua revogação por meio de uma lei ordinária.
5. Mediante pedidos de compensação de fls. 02, 03, 61, 68, 75, 76, 83, 89, 95, 101, 103 e 105, que, em conformidade com o disposto no art. 74 da Lei n.º 9.430/96, com redação dada pelo art. 49 da Lei n.º 10.637/02, foram considerados declarações de compensação, a interessada informa a compensação dos valores recolhidos a maior a título de COFINS com débitos vincendos do IR, do PIS e da CSLL. Protocolou onze processos de declarações de compensação, todos apensos a este, cujo crédito é o mesmo discutido neste processo.
6. O pleito do Contribuinte foi indeferido, bem como as declarações de compensação vinculadas ao presente processo foram não homologadas em decisão cujo instrumento ciência está datado de 11/05/2004 (fls. 146). As considerações e fundamentos da Unidade d origem (fls. 138/146) vão, em suma, no sentido: de que a esfera administrativa não é ambiente competente para discutir a validade do art. 56 da lei n.º 9.430/96, simplesmente cabendo à Administração acatá-lo; e de que a isenção conferida às sociedades civis de que trata o art. 1º do Decreto-lei n.º 2.397, de 21 de dezembro de 1987, conforme estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar n.º 70, de 30.12.91, dependia da tributação adotada para 1º ris de Imposto de Renda, mas que tal benefício acabou desaparecendo face à tributação exigida pelo art. 56 da lei 9.430/96.
7. O contribuinte inconformado com despacho decisório que indeferiu seu pleito apresentou sua manifestação de inconformidade (fls. 159/193), no qual argumenta, em síntese:
8. Que o prazo quinquenal deve ser contado a partir da homologação do crédito tributário. Se a lei não fixar, será ele de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador.
9. Que a superioridade hierárquica da lei complementar impede que a isenção conferida às sociedades civis seja revogada por via da ordinária lei n.º 9.430/96.
10. Que não há obstáculo à compensação entre os créditos relativos a COFINS com débitos do IR, PIS e da CSLL.

11. Termina sua petição colando vasta jurisprudência sobre o assunto objetivando dar supedâneo ao seu pleito, ensejando que a decisão denegatória seja reformada.

Seguindo a marcha processual normal, foi proferido assim ementado:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS Período de apuração: 01/05/1997 a 30/09/1997, 01/12/1997 a 31/05/1999, 01/08/1999 a 31/08/1999, 01/03/2000 a 30/03/2000, 01/08/2000 a 30/09/2001.

COFINS DECRETO-LEI 2.397/87. Pelo Decreto-lei 2.397/87, a sociedade civil de profissão regulamentada não tinha seus resultados tributados na pessoa jurídica (em vez disto, os resultados eram tributados nas pessoas físicas dos sócios). A Lei Complementar 70/91 acabou, por livre escolha do legislador, absorvendo, por meio de seu art. 6º, inciso II, a estruturação do Imposto de Renda criada pelo Decreto-lei 2.397/87.

Rest/Ress. Indeferido - Comp. não homologada

Inconformada, a contribuinte apresentada recurso voluntário requerendo reforma em síntese:

- a) A Requerente é pessoa jurídica de direito privado em que atua como prestadora de serviços profissionais,
- b) Portanto, está sujeita ao pagamento da COFINS, de acordo com as Leis n.º 9.718, de 27.11.98 e Lei n.º 9.430 DE 27.12.1996.
- c) Contudo, o artigo 611, II, da Lei Complementar n.º 70191, isentou da contribuição da COFINS as sociedades civis de que trata o art. 1º, do Decreto-Lei nº 2.397187, que abrangia as sociedades civis que tinham por objetivo a prestação de serviços profissionais.

É o relatório

Voto

Conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior, Relator.

O Recurso é tempestivo e merece ser conhecido.

O caso em tela versa sobre a isenção de COFINS sobre sociedade civil. No caso em apreço o Superior Tribunal de Justiça fixou a tese:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.

ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. SOCIEDADES

CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO LEGALMENTE REGULAMENTADA. ISENÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 6º, II, DA LEI COMPLEMENTAR 70/91. REVOGAÇÃO PELO ARTIGO 56, DA LEI 9.430/96. CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA REVOGADORA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE 377.457/PR E RE 381.964/MG).

REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO EXARADO NO ÂMBITO DA ADC 1/DF.

1. A isenção da COFINS, prevista no artigo 6º, II, da Lei Complementar 70/91, restou validamente revogada pelo artigo 56, da Lei 9.430/96 (Precedentes do Supremo Tribunal Federal submetidos ao rito do artigo 543-B, do CPC: RE 377.457 e RE 381.964, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 17.09.2008, Repercussão Geral - Mérito, DJe-241 DIVULG 18.12.2008 PUBLIC 19.12.2008).

2. Isto porque: "... especificamente sobre a COFINS e a sua disciplina pela Lei Complementar 70, de 1991, a decisão proferida na ADC 1 (Rel. Moreira Alves, DJ 16.06.95), independentemente de qualquer possível controvérsia em torno da aplicação dos efeitos do § 2º, do art. 102 à totalidade dos fundamentos determinantes ali proclamados ou exclusivamente à sua parte dispositiva (objeto específico da RCI 2.475, Rel. Min. Carlos Velloso, em curso no Pleno), foi inequívoca ao reconhecer: a) de um lado, a prevalência na Corte das duas linhas jurisprudenciais anteriormente referidas (distinção constitucional material, e não hierárquica-formal, entre lei complementar e lei ordinária, e inexigibilidade de lei complementar para a disciplina dos elementos próprios à hipótese de incidência das contribuições desde logo previstas no texto constitucional); e b) de outro lado, que, precisamente pelas razões anteriormente referidas, a Lei Complementar 70/91 é, materialmente, uma lei ordinária.

Ora, as razões anteriormente expostas são suficientes a indicar que, contrariamente ao defendido pela recorrente, o tema do conflito aparente entre o art. 56, da Lei 9.430/96, e o art. 6º, II, da LC 70/91, não se resolve por critérios hierárquicos, mas, sim, por critérios constitucionais quanto à materialidade própria a cada uma destas espécies. Logo, equacionar aquele conflito é sim uma questão diretamente constitucional.

Assim, verifica-se que o art. 56, da Lei 9.430/96, é dispositivo legitimamente veiculado por legislação ordinária (art. 146, III, 'b', a contrario sensu, e art. 150, § 6º, ambos da CF), que importou na revogação de dispositivo anteriormente vigente (sobre isenção da contribuição social), inserto em norma materialmente ordinária (artigo 6º, II, da LC 70/91).

Conseqüentemente, não existe, na hipótese, qualquer instituição, direta ou indireta, de nova contribuição social, a exigir a intervenção de legislação complementar, nos termos do art. 195, § 4º, da CF." (RE 377.457/PR).

3. Destarte, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incide sobre o faturamento das sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada, de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 2.397/87, tendo em vista a validade da revogação da isenção prevista no artigo 6º, II, da Lei Complementar 70/91 (lei materialmente ordinária), perpetrada pelo artigo 56, da Lei 9.430/96.

4. Outrossim, impende ressaltar que o Plenário da Excelsa Corte, tendo em vista o disposto no artigo 27, da Lei 9.868/99, rejeitou o pedido de modulação dos efeitos da decisão proferida no Recurso Extraordinário 377.457/PR.

5. Consectariamente, impõe-se a submissão desta Corte ao julgado proferido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal que proclamou a constitucionalidade da norma jurídica em tela (artigo 56, da Lei 9.430/94), como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da Common Law e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso sub examine.

6. Recurso especial desprovido, mantendo-se a decisão recorrida, por fundamentos diversos. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 826.428/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/06/2010, DJe 01/07/2010)

Portanto, a teor do art.62,§2º do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015, determina a reprodução das decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF e pelo STJ, julgados nos termos do art.543B e do art. 543C, do CPC

(documento assinado digitalmente)

Laércio Cruz Uliana Junior - Relator